



# ***Economia em foco***

**Dezembro de 2024**

## **Índice**

**I – Contextualização e perspectivas**

**II – Política fiscal e contas públicas**

**III - Política monetária e inflação**

**IV – Indicadores setoriais**

**V – Quadro resumo dos indicadores e prognósticos**

Elaborado por André Paiva Ramos, economista, com informações disponíveis até 15/12/2024.

## **I – Contextualização e perspectivas**

O Governo Federal tem como objetivo conter o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias para tentar viabilizar o novo arcabouço fiscal e, assim, melhorar a credibilidade da política fiscal. Porém, o pacote de cortes de gastos anunciado frustrou as expectativas de diferentes setores da sociedade. De um lado, a parcela de menor renda, os beneficiários previdenciários e assistenciais e os trabalhadores que têm sua remuneração atrelada ao salário mínimo serão os mais impactados pelo pacote proposto. De outro lado, a frustração de expectativa a respeito da robustez do pacote resultou em insatisfação no mercado financeiro. Além de aumentar os juros futuros, essa frustração teve como consequência a abrupta desvalorização da taxa de câmbio (R\$/US\$), que superou 6,0, e a queda nas cotações de ações na bolsa de valores. A situação de incerteza fiscal continuará no centro do debate ao longo de 2025 e continuará afetando a volatilidade e o nível de preços de ativos financeiros e a cotação do real em relação às demais moedas, o que manterá a taxa de câmbio (R\$/US\$) em um patamar mais desvalorizado.

Para conter as pressões inflacionárias e as expectativas de inflação, que apontam para a variação do IPCA acima do teto da meta em 2024 e 2025, e para enfrentar a forte desvalorização do real e seus impactos adversos na inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu implementar um choque de juros. Se a perspectiva se confirmar, os juros tendem a superar 14% ao ano (a.a.) ao longo do primeiro semestre de 2025, o que terá impacto adverso no custo de financiamento da dívida pública e, assim, na dinâmica do endividamento e na percepção de risco fiscal. Adicionalmente, uma taxa básica de juros tão elevada piorará as condições do mercado de crédito e reduzirá o potencial de crescimento econômico para o próximo ano, além de impactar negativamente os processos de tomadas de decisões de investimentos produtivos por parte de empresas.

O desempenho do nível de atividades segue surpreendendo, o que resultou em revisões para cima das projeções de crescimento do PIB para 2024 e para 2025. Essa melhora está diretamente relacionada à performance mais robusta do mercado de trabalho, que tem sido confirmado a cada novo indicador divulgado ao longo deste ano, e à retomada do aumento dos Investimentos. No que se refere à taxa de desemprego, houve uma queda de 7,6% no início de 2024 para 6,2% no trimestre encerrado em outubro. Esse melhor dinamismo também tem refletido em redução da taxa de subutilização da mão de obra, que é um importante indicador de desempenho. Vale destacar que, conforme dados do CAGED, apenas em 2024 já foram abertos mais de 2 milhões de novos postos de trabalho formais, sendo que o setor de Serviços foi responsável por mais da metade desse montante.

Já os investimentos têm apresentado uma importante taxa de crescimento, fato que foi impulsionado pela retomada do papel do BNDES, pelos investimentos das estatais e pelos planos de investimento em implementação, como o Nova Indústria Brasil, o Novo PAC e o Plano de Transformação Ecológica. Esses planos têm sido importantes indutores do investimento privado, especialmente em desenvolvimento tecnológico, em enfrentamento da emergência climática e sustentabilidade ambiental e em infraestrutura, inclusive infraestrutura social e urbana. Para 2025, apesar da perspectiva de uma política monetária ainda mais contracionista, espera-se uma continuidade desses planos de investimentos e uma atuação ainda mais forte do BNDES, que seguirão impulsionando o crescimento dos investimentos focados em um desenvolvimento econômico e social, com responsabilidade ambiental.

## **II – Política fiscal e contas públicas**

### **Pacote de cortes de gastos**

O Governo Federal anunciou no final de novembro um pacote de ajuste fiscal para reduzir o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias ao longo dos próximos anos. O objetivo é conseguir adequar a taxa de crescimento dessas despesas aos limites definidos no arcabouço fiscal, que foi aprovado em 2023. O pacote foi dividido de acordo com o instrumento legal adequado para propor alterações, constituindo-se em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e em Projetos de Leis (PL). No âmbito da PEC, o Governo Federal busca reduzir a necessidade orçamentária em cerca de R\$ 24,5 bilhões entre 2025-2026, com medidas focadas em: i) abono salarial: reduzir gradualmente a renda em termos do salário mínimo (SM) para acesso ao benefício, passando de 2,0 SM em 2025 para 1,5 SM em 2035; ii) Fundeb: possibilitar que até 20% da complementação da União ao Fundeb seja para educação em tempo integral na educação básica pública; iii) Desvinculação de Receitas da União (DRU): prorrogar da DRU até 2032; iv) autorizar ajuste orçamentário em subsídios e subvenções; e v) Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF): estabelecer a variação de recursos do Fundo ao IPCA (Tabela 1). Ressalte-se que no início de dezembro a PEC nº 45/2024 foi apresentada pelo Poder Executivo.

Já no âmbito de PL, o objetivo do Governo Federal é implementar as seguintes medidas para reduzir a necessidade orçamentária em cerca de R\$ 47,4 bilhões entre 2025-2026: a) regra de reajuste do SM: limitar o reajuste do SM aos limites do arcabouço fiscal; b) Bolsa Família: reforçar a fiscalização e a efetividade do programa social; c) Benefício Prestação Continuada (BPC): tornar as regras de acesso mais restritivas e aumentar a fiscalização do BPC; d) Aldir Blanc: aprimorar a lei, incluindo condicionante de execução dos recursos; e) biometria: definir obrigatoriedade da biometria no

BPC e no Bolsa Família; e f) Militares: corrigir distorções constantes na previdência dos militares em relação ao resto da sociedade. Também foram anunciadas outras medidas, como, por exemplo, fasear provimentos e concursos em 2025, corrigir distorções relativas aos supersalários no setor público e instituir novos gatilhos fiscais para reenquadramento das despesas primárias aos limites do arcabouço fiscal, assim como limitar e readequar os termos referentes às Emendas Parlamentares (Tabela 1).

**Tabela 1** Estimativa preliminar de impacto do pacote de ajuste fiscal (em R\$ bilhões)

Instrumento legal	Medida	2025	2026	2025-206	Participação
PEC	Abono Salarial	0,1	0,6	0,7	1%
	Fundeb	4,8	5,5	10,3	14%
	DRU	3,6	3,8	7,4	10%
	Subsídios e subvenções	1,8	1,9	3,7	5%
	FCDF	0,8	1,5	2,3	3%
PL	Salário mínimo	2,2	9,7	11,9	17%
	Bolsa Família	2,0	3,0	5,0	7%
	BPC	2,0	2,0	4,0	6%
	Aldir Blanc	2,0	1,0	3,0	4%
	Biometria	2,5	2,5	5,0	7%
	Militares	1,0	1,0	2,0	3%
Outras	Provimentos e criação de cargos	1,0	1,0	2,0	3%
Emendas	Emendas	6,7	7,7	14,5	20%
<b>Total</b>		<b>30,6</b>	<b>41,3</b>	<b>71,9</b>	<b>100%</b>

Fonte: Governo Federal / Elaboração do autor.

**Como grande parte do pacote anunciado impacta a população de menor renda, o Governo Federal, tentando minimizar a insatisfação dessa parcela da sociedade, também reafirmou o compromisso eleitoral do Presidente Lula de aumentar a faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil. Segundo o Governo, essa medida, que ainda não tem data definida para ser implementada, será atrelada a uma compensação por meio da incidência de nova forma de tributação sobre a parcela mais rica da população.**

**O anúncio do pacote resultou em reação contrária de diferentes setores da sociedade, tanto pela parcela mais afetada pelo ajuste fiscal, quanto pelo mercado financeiro que esperava medidas mais robustas. Essa situação ampliou a percepção de risco fiscal pelos agentes econômicos. Além disso, a viabilidade do arcabouço fiscal a médio e longo prazo ainda é questionável. Como consequência, houve uma forte e abrupta desvalorização da taxa de câmbio (R\$/US\$), que superou o patamar de 6,0, e uma pressão adicional nos juros futuros, que passaram a indicar um cenário de juros ainda mais elevados. Além de indicar um cenário com taxa Selic acima de 13% a.a. em 2025, esse cenário indica que haverá continuidade da pressão por um**

ajuste fiscal mais forte pelo lado dos gastos ao longo dos próximos anos, o que seguirá afetando a volatilidade e os preços de ativos financeiros e a cotação do real em relação às demais moedas.

### **Reforma tributária**

**O Senado aprovou o projeto para a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo com alterações, que seguiram para nova apreciação na Câmara dos Deputados.** O Imposto Seletivo permanece, porém ainda há debate acerca de sua incidência sobre alguns produtos, como, por exemplo, nas bebidas açucaradas, o que pode ser objeto de reavaliação na Câmara. Adicionalmente, **outro ponto de destaque é a previsão de que a alíquota padrão seja ainda mais elevada, ficando acima de 28%. Após a reavaliação da Câmara, a CervBrasil irá disponibilizar uma análise sobre os principais aspectos constantes na regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional.**

## **III – Política monetária e inflação**

### **Política Monetária**

**Na reunião do Copom, que ocorreu nos dias 10 e 11 de dezembro, a taxa Selic foi elevada para 12,25% a.a., por unanimidade. Essa decisão visa a conter as pressões inflacionárias e o desempenho do IPCA que segue acima da meta de inflação, a ancorar as expectativas de inflação e a enfrentar a forte desvalorização da taxa de câmbio e seus impactos adversos na inflação.**

Os principais fatores que embasaram esse aumento de 1,0 ponto percentual (p.p.) foram: i) ambiente externo desafiador, principalmente devido à conjuntura econômica dos Estados Unidos e as dúvidas sobre a postura do Fed; ii) cenário doméstico brasileiro com maior dinamismo da atividade econômica e do mercado de trabalho e com hiato do produto positivo; iii) medidas da inflação estão acima da meta de inflação e tiveram elevações nas divulgações recentes; iv) balanço de riscos, que indicou uma assimetria altista e um cenário menos incerto e mais adverso que anteriormente previsto, considerou a desancoragem das expectativas de inflação por um período mais longo, a maior resiliência da inflação de serviços, a taxa de câmbio persistentemente mais depreciada e a possibilidade de uma desaceleração da atividade econômica global mais forte do que a esperada, inclusive devido aos impactos do aperto monetário.

Adicionalmente, o Copom destacou a percepção dos agentes econômicos sobre o cenário fiscal e sobre o recente anúncio do pacote fiscal, que afetou os preços dos ativos, as expectativas, o prêmio de risco e a taxa de câmbio, assim como têm consequências adversas na inflação. A partir desse cenário base, o Copom avaliou que a política monetária deve ser ainda mais contracionista para convergir a inflação à meta ao longo de um horizonte relevante. **Para a próxima reunião do Copom, que ocorrerá**

nos dias 28 e 29 de janeiro, nossa projeção é de uma nova elevação em 1.0 p.p., para 13,25% a.a.. Portanto, se mantém a perspectiva de uma política monetária brasileira mais contracionista em 2025, cuja taxa Selic poderá superar 14% a.a..

Desta forma, a expectativa é de que o ciclo de aperto monetário será ainda mais forte do que o anteriormente previsto. Como consequência, é importante destacar duas grandes preocupações dessa política monetária ainda mais contracionista: i) forte elevação do custo de financiamento da dívida pública, que impulsiona o ritmo de crescimento do endividamento e, assim, a percepção de risco fiscal; e ii) impacto negativo no mercado de crédito e no endividamento dos agentes econômicos, pois o crédito ficará ainda mais oneroso e em piores condições. Esse cenário, que vai reduzir o potencial de crescimento econômico para o próximo ano, também vai impactar negativamente muitas tomadas de decisões de investimentos produtivos por parte de empresas, pois afeta diretamente os cálculos de viabilidade econômico-financeira dos investimentos em processo de planejamento.

## Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) geral de novembro de 2024 apresentou variação positiva de **0,39%**. Dentre os grupos que integram a mensuração do IPCA, ainda referente a novembro, destacam-se, de um lado, Alimentação e bebidas (+1,55%), Transportes (+0,89%) e Despesas pessoais (+1,43%) que tiveram variações positivas nos seus preços. Por outro lado, o grupo Habitação (-1,53%) registrou relevante variação negativa. **No acumulado no ano, o IPCA foi de 4,29%. Já no acumulado em 12 meses, o índice geral teve variação de 4,87%**, com destaque para Alimentação e bebidas (+7,63%), Saúde e cuidados pessoais (+6,06%) e Educação (+6,84%). Ainda nessa base de análise, o Gás de botijão (+6,35%), a Gasolina (+8,75%) e o Etanol (+13,93%) tiveram significativo aumento de preço (Tabela 2).

A cerveja para consumo no domicílio registrou aumento nos preços de **0,85%** em novembro, de **5,18%** no acumulado ano e de **5,32%** no acumulado em 12 meses. Já a cerveja para consumo fora do domicílio teve elevação nos preços de **0,79%** no mês, de **5,58%** no acumulado do ano e de **5,67%** no acumulado em 12 meses. Desta forma, a variação dos preços das cervejas no acumulado em 12 meses segue acima do IPCA geral (Tabela 2).

**Tabela 2 IPCA de novembro de 2024**

Geral, grupo, subgrupo e item	Variação %		
	Mensal	Acum. ano	Acum. 12 meses
<b>Índice geral</b>	<b>0,39</b>	<b>4,29</b>	<b>4,87</b>
1.Alimentação e bebidas	1,55	6,44	7,63
Alimentação no domicílio	1,81	6,98	8,41
<b>Cerveja</b>	<b>0,85</b>	<b>5,18</b>	<b>5,32</b>
Alimentação fora do domicílio	0,88	5,04	5,60
<b>Cerveja</b>	<b>0,79</b>	<b>5,58</b>	<b>5,67</b>
2.Habitação	-1,53	3,64	4,00
Gás de botijão	0,17	6,73	6,35
3.Artigos de residência	-0,31	0,65	1,41
4.Vestuário	-0,12	1,62	2,34
5.Transportes	0,89	2,62	3,11
Combustíveis (veículos)	-0,15	9,32	8,78
Gasolina	-0,16	9,12	8,75
Etanol	-0,19	15,36	13,93
Óleo diesel	0,03	-0,31	-2,26
6.Saúde e cuidados pessoais	-0,06	5,69	6,06
7.Despesas pessoais	1,43	4,48	4,98
8.Educação	-0,04	6,58	6,84
9.Comunicação	-0,10	2,56	2,61

Fonte: IBGE / Elaboração do autor.

Já o Índice Geral de Preços- Mercado (IGP-M) registrou **variação positiva de 1,30% em novembro, de 5,55% no ano e de 6,33% no acumulado em 12 meses.**

A evolução recente dos principais índices de preços, combinado com uma taxa de câmbio (R\$/US\$) mais desvalorizada, tem resultado em uma preocupação com as pressões e expectativas inflacionárias e com a diretriz da política monetária. Ressalte-se que o IPCA geral de novembro apresentou novamente uma variação acumulada em 12 meses acima do limite superior da meta de inflação, que é 4,5%. **Como consequência, há uma perspectiva de continuidade do ciclo de elevação da taxa Selic na próxima reunião do Copom.**

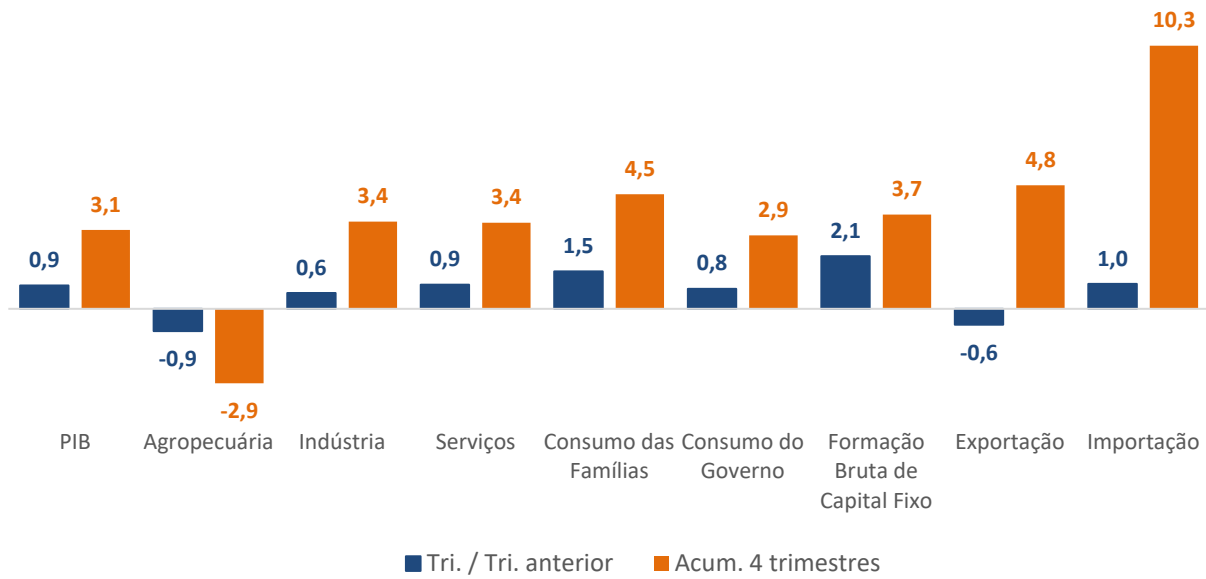
#### IV – Indicadores setoriais

##### PIB

**No terceiro trimestre de 2024, o PIB apresentou crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior.** De um lado, a Indústria (+0,6%), os Serviços (+0,9%), o Consumo das famílias

(+1,5%), o Consumo do Governo (+0,8%), os Investimentos- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (+2,1%) e a Importação (+1,0%) registraram crescimento. De outro lado, a Agropecuária (-0,9%) e a Exportação (-0,6%) tiveram retração. **No acumulado em 4 trimestres, o PIB teve um crescimento 3,1%.** Ressalte-se o desempenho da Indústria (+3,4%), dos Serviços (+3,4%), do Consumo das famílias (+4,5%), dos Investimentos – FBKF (+3,7%), da Exportação (+4,8%) e da Importação (+10,3%) que apresentaram resultado positivos (Gráfico 1). **Ressalte-se que a Taxa de Investimento em relação ao PIB foi de 17,6% no terceiro trimestre de 2024.**

**Gráfico 1** Brasil: PIB do 3º trimestre de 2024 (Var. %)

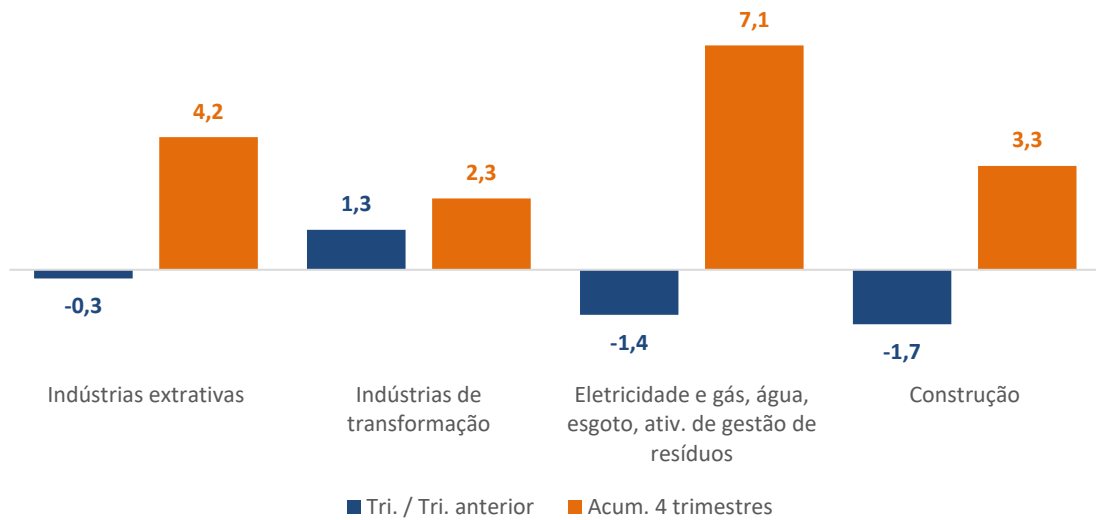


Fonte: IBGE / Elaboração do autor.

No que se refere ao PIB da Indústria, ressalta-se o desempenho das Indústrias de Transformação (+1,3%) que registraram aumento no trimestre. Já as Indústrias Extrativa (-0,3%), Eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos (-1,4%) e Construção (-1,7%) tiveram queda. **No acumulado em quatro trimestres, as Indústrias Extrativas (+4,2%), Eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos (+7,1%) e Construção (+3,3%) apresentaram significativo crescimento (Gráfico 2).**



**Gráfico 2** Brasil: PIB da Indústria do 3º trimestre de 2024 (Var. %)



Fonte: IBGE / Elaboração do autor.

Diante da divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre e do desempenho dos indicadores de atividade econômica do Brasil, que têm confirmado um crescimento mais robusto, revisamos novamente a projeção do avanço do PIB de 2024 para 3,5% e de 2025 para 2,5%.

### Mercado de trabalho

A taxa de desocupação (desemprego) foi estimada em 6,2%, em relação à População Economicamente Ativa (PEA), no trimestre de agosto a outubro de 2024, apresentando queda de 0,6 ponto percentual (p.p.) em relação ao trimestre de maio a julho de 2024. Assim, a estimativa era de que **cerca de 6,8 milhões de pessoas estavam desocupadas no trimestre encerrado em outubro de 2024**. Já a taxa de subutilização da força de trabalho (pessoas desocupadas, desalentadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas), que reflete uma visão mais ampla da situação do mercado de trabalho, foi **estimada em 15,4% no trimestre móvel de agosto a outubro de 2024**. A estimativa apontou que em torno de **17,9 milhões de pessoas estavam subutilizadas, apresentando redução de 0,9 milhão de pessoas em relação ao trimestre de maio a julho de 2024**.

De acordo com o Caged, que registra contratações e demissões, em outubro de 2024 **houve um saldo positivo de 133 mil empregos formais**. Os Serviços (+71 mil), a Indústria (+24 mil) e o Comércio (+44 mil) registraram abertura de postos de trabalho. Já a Construção (-1 mil) e a Agropecuária e pesca (-6 mil) apresentaram saldo negativo. No acumulado do ano, o saldo foi de 2.117 mil postos. **No acumulado em 12 meses, o saldo de geração de empregos formais foi de 1.788 mil, sendo que os Serviços (+1.010 mil), o Comércio (+340 mil), a Indústria (+303 mil), a Construção**

**(+134 mil) e a Agropecuária e pesca (+1 mil) apresentaram resultados positivos.** Porém, os novos postos de trabalho têm tido um salário médio real de admissão inferior ao de desligamento.

## **Indústria**

**O indicador da produção industrial mensal de outubro teve uma queda de 0,2% em relação mês anterior (IBGE).** Os bens de capital (+1,6%), os bens intermediários (+0,4%) e os bens de consumo duráveis (+4,4%) apresentaram elevação da produção. Já bens de consumo semi e não duráveis (-0,7%) tiveram queda de produção. No acumulado ano, a indústria geral teve aumento de produção (+3,4%). **No acumulado em 12 meses, a produção da Indústria Geral apresentou variação positiva (+3,0%).** Nessa base de comparação, os bens de capital (+4,0%), os bens intermediários (+2,7%), os bens de consumo duráveis (+7,3%) e os bens de consumo semi e não duráveis (+3,1%) tiveram aumento.

## **Comércio e serviços**

**O volume de vendas do comércio varejista ampliado, que inclui atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, apresentou aumento de 0,9% em outubro,** em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, houve um crescimento de 4,9% e, no acumulado em 12 meses, houve um aumento de 4,3%. **O volume de serviços registrou elevação de 1,1% em outubro frente ao mês anterior, de 3,2% no ano e de 2,7% no acumulado em 12 meses. Apesar da retomada de um ciclo de forte aumento da taxa Selic, o que tende a ter um impacto negativo para as vendas, as perspectivas para consumo de bens e serviços continuam positivas, especialmente devido ao maior dinamismo do mercado de trabalho.**

**Na sequência, segue o quadro resumo dos principais indicadores e prognósticos futuros.**

**V – Quadro resumo dos indicadores e prognósticos**

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (p)	2025 (p)
<b>Nível de atividades</b>									
<b>PIB (var. % real)</b>	1,3	1,8	1,2	-3,3	4,8	3,0	2,9	3,5	2,5
<b>Taxa de desemprego (em dez., em %)</b>	11,8	11,6	11,0	13,9	11,1	7,9	7,4	6,2	6,0
<b>Inflação</b>									
<b>IPCA (var. % a.a.)</b>	2,9	3,8	4,3	4,5	10,1	5,8	4,6	4,7	4,5
<b>Taxa básica de juros – Selic</b>									
<b>Juros nominais (% em dez.)</b>	7,0	6,5	4,50	2,0	9,25	13,75	11,75	12,25	13,50
<b>Juros reais (% em dez.) /IPCA (%)</b>	3,9	2,6	0,2	-2,4	-0,7	7,5	6,8	7,2	8,6
<b>Contas Públicas</b>									
<b>Resultado Primário (em % PIB)</b>	-1,7	-1,6	-0,9	-9,5	0,7	1,3	-2,3	-0,3	-0,5
<b>Resultado Nominal (em % do PIB)</b>	-7,8	-7,1	-5,9	-13,7	-4,4	-4,7	-8,9	-7,8	-8,2
<b>Dívida Bruta do Governo Geral (em % do PIB, em dez.)</b>	74	75	74	87	77	72	74	79	82
<b>Setor Externo</b>									
<b>Taxa de câmbio (R\$/US\$, em dez.)</b>	3,31	3,87	4,03	5,20	5,58	5,22	4,84	5,98	5,80
<b>Saldo da Balança Comercial (US\$ bilhões, a.a.)</b>	56	47	35	50	61	62	99	73	80
<b>Saldo Transações Correntes (US\$ Bilhões, a.a.)</b>	-15	-42	-52	-13	-28	-56	-29	-48	-47
<b>Investimento Direto no País (US\$ bilhões, a.a.)</b>	70	88	76	34	46	91	62	70	75
<b>Reservas Internacionais (US\$ bilhões, em dez)</b>	374	375	357	356	362	325	355	360	370

Fonte: BCB; IBGE; FGV; MDIC / Elaboração, estimativas (e) e prognósticos (p) do autor.

Elaborado por André Paiva Ramos, economista, com informações disponíveis até 15/12/2024.

## Summary indicators and forecasts

Indicators	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (f)	2025 (f)
<b>Activity level</b>									
<b>GDP</b> (var. % real)	1.3	1.8	1.2	-3.3	4.8	3.0	2.9	3.5	2.5
<b>Unemployment rate</b> (in dec., %)	11.8	11.6	11.0	13.9	11.1	7.9	7.4	6.2	6.0
<b>Inflation</b>									
<b>IPCA – Consumer Price Index</b> (var. %, per year)	2.9	3.8	4.3	4.5	10.1	5.8	4.6	4.7	4.5
<b>Basic interest rate – Selic</b>									
<b>Nominal interest rate</b> (% in dec.)	7.0	6.5	4.50	2.0	9.25	13.75	11.75	12.25	13.50
<b>Real interest rate</b> (% in dec.) / IPCA (%)	3.9	2.6	0.2	-2.4	-0.7	7.5	6.8	7.2	8.6
<b>Public accounts</b>									
<b>Primary result</b> (in % GDP)	-1.7	-1.6	-0.9	-9.5	0.7	1.3	-2.3	-0.3	-0.5
<b>Nominal result</b> (in % GDP)	-7.8	-7.1	-5.9	-13.7	-4.4	-4.7	-8.9	-7.8	-8.2
<b>Public gross debt</b> (in % GDP, in dec.)	74	75	74	87	77	72	74	79	82
<b>External sector</b>									
<b>Exchange rate</b> (R\$/US\$, in dec.)	3.31	3.87	4.03	5.20	5.58	5.22	4.84	5.98	5.80
<b>Trade Balance</b> (US\$ billion, per year)	56	47	35	50	61	62	99	73	80
<b>Current account balance</b> (US\$ billion, per year)	-15	-42	-52	-13	-28	-56	-29	-48	-47
<b>Direct investment inflows</b> (US\$ billion, per year)	70	88	76	34	46	91	62	70	75
<b>International reserves</b> (US\$ billion, in dec.)	374	375	357	356	362	325	355	360	370

Source: BCB; IBGE; FGV; MDIC / Elaboration, preliminary (p) and forecast (f) by the author.

*Prepared by André Paiva Ramos, economist, with information available until 12/15/2024.*